

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 28 de agosto de 2018
A Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras da Omni S.A. Arrendamento Mercantil, relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre a demonstração financeira.
Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, ou, a aprovado em Assembleia Geral. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O patrimônio líquido da Instituição ao final do 1º semestre de 2018 é R\$ 12.803 mil (R\$ 11.377 mil em 2017). O lucro no semestre é R\$ 846 mil (Lucro R\$ 480 mil em 2017).

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		3.042	2.011
Disponibilidades		1.468	9
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.243	2.896
Carteira própria		1.243	2.896
Operação de arrendamento mercantil	6	(1.183)	(1.824)
Operação de arrendamento a receber - setor privado (Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(2.309)	(3.374)
	7	(1.259)	(2.214)
Outros créditos	8	1.508	973
Impostos a compensar		377	288
Diversos		1.131	685
Outros valores e bens	9	6	57
Despesas antecipadas		6	57
Realizável a longo prazo		4.073	3.639
Operação de arrendamento mercantil	6	(697)	(1)
Operação de arrendamento a receber - setor privado (Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(2.586)	(2.742)
	7	(697)	(1)
Outros créditos	8	4.770	3.640
Diversos		4.770	3.640
Permanente	10	33.312	29.039
Imobilizado de arrendamento		33.312	29.039
Bens arrendados		32.119	27.495
Superveniência de depreciação		9.525	11.881
Depreciações acumuladas		(8.332)	(10.337)
Total do ativo		40.427	34.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		12.314	8.577
Depósitos	11	4.201	3.279
Depósitos interfinanceiros		4.201	3.279
Outras obrigações	12	8.113	5.298
Fiscais e previdenciárias		57	525
Diversas		424	44
Credores por antecipação de valor residual		7.112	4.729
Exigível a longo prazo	14	19.969	13.998
Outras obrigações	12	14.969	13.998
Fiscais e previdenciárias		4.276	2.970
Credores por antecipação de valor residual		10.693	11.028
Resultado de exercícios futuros		341	737
Resultado de exercícios futuros		341	737
Patrimônio líquido	13	12.803	11.377
Capital		10.000	10.000
Reserva de lucros no País		10.000	10.000
Reserva de lucros		2.803	1.377
Total do passivo		40.427	34.689

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		1.986	2.601
Resultado de operações de arrendamento mercantil	17.a	1.952	2.554
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.b	34	47
Despesas de intermediação financeira		59	(979)
Reversão/Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7.a	63	(772)
Operações de captação no mercado		(4)	(207)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.045	1.622
Outras receitas (despesas) operacionais		(268)	(932)
Receita de prestação de serviços		32	—
Despesa de pessoal	17.b	(446)	(102)
Outras despesas administrativas	17.d	(612)	(595)
Despesas tributárias	17.c	(146)	(174)
Outras despesas operacionais		(11)	(72)
Outras receitas operacionais		915	11
Resultado operacional		1.777	690
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.777	690
Imposto de renda e contribuição social		(931)	(210)
Provisão para imposto de renda	14	(281)	(47)
Provisão para contribuição social		(338)	(253)
Ativo fiscal diferido		(312)	90
Lucro líquido dos semestres		846	480
Lucro líquido por ação		0,08460	0,04800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Especiais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		10.000	53	844	—	10.897
Lucro do semestre		—	—	—	480	480
Destinações do lucro:						
Reserva legal		—	24	—	(24)	—
Reserva de lucros		—	—	456	(456)	—
Saldos em 30 de junho de 2017		10.000	77	1.300	—	11.377
Saldos em 31 de dezembro de 2017		10.000	106	1.851	—	11.957
Lucro do semestre		—	—	—	846	846
Destinações do lucro:						
Reserva legal		—	42	—	(42)	—
Reserva de lucros		—	—	804	(804)	—
Saldos em 30 de junho de 2018		10.000	148	2.655	—	12.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omni S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração limitado, constituída em 02 de março de 2012 e autorizada pelo BACEN em 05 de setembro de 2012 através do Ofício 08066/2012. A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

A demonstração financeira foi elaborada com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de demonstração financeira, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A autorização para a conclusão da demonstração financeira foi dada pela Diretoria em 28 de Agosto de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apreciação do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis: A demonstração financeira foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração da demonstração financeira. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo: Títulos e valores mobiliários:** Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, a carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem emitidos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **iii. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **e. Operações de arrendamento mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: (a) Não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização preferida e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue: **(i) Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear antes apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual" até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN. **(iii) Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3.000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%. A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil. **(iv) Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/99, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Conseqüentemente, a Instituição reconheceu no resultado do semestre de 2018 uma insuficiência de depreciação no valor de R\$ 883 (R\$ 173 em 2017). O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 9.525 (R\$ 11.881 em 2017) resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 4.276 (R\$ 2.970 em 2017). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica "Outros Créditos - Diversos". **(v) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, sendo calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$120. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, o percentual utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica "Outros Créditos - Créditos Tributários". **g. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.069 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de seis anos. **h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa. **• Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. **• Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Semestres	2018	2017
No início do semestre	1.521	223
Disponibilidades	20	223
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.468	9
No final do semestre	1.468	9
Disponibilidades	1.468	9
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(53)	(214)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento:

Disponível para venda:

	2018	2017
Valores	1.243	2.896
mercado/Contábil	1.243	2.896

Quotas de fundo de investimento
Total
Refere-se a aplicações em quotas de Fundo de Investimentos junto ao Banco Bradesco S.A., registradas na CETIP S.A. Mercados Organizados com remuneração variável, vencimentos a curto prazo e opção de resgate antecipado.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

Semestres	2018	2017
Valores	27	47
mercado/Contábil	27	47

Quotas de fundo de investimento
Aplicações em depósitos interfinanceiros
Total

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

	2018	2017
a) Composição da carteira de arrendamento		
Arrendamento a receber - setor privado	5.494	6.116
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(5.418)	(5.826)
Imobilizado de arrendamento	33.312	29.039
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(17.805)	(15.577)
VRG presente da carteira de arrendamento mercantil	15.583	13.572

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Res. 2.682/99. No saldo findo em 30 de junho de 2018 o grupo de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

b) Classificação por atividade

	2018	2017
Comércio	1.305	792
Serviços	4.273	3.683
Pessoas físicas	6.985	9.097
Indústria	2.807	—
Outros	213	—
Total	15.583	13.572

c) Diversificação por prazo Setor privado

	2018	2017
Vencidos a partir de 15 dias	435	1.059
A vencer até 90 dias	2.855	2.281
A vencer de 3 meses a 1 ano	6.363	5.407
A vencer de 1 a 5 anos	5.930	4.715
Total	15.583	13.572

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

7. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99 em 30 de junho de 2018, estavam assim distribuídos:

Semestres	2018	2017
Saldo inicial	2.232	1.957
Constituição	48	2.524
Reversão	(111)	(1.752)
Baixas para prejuízo	(213)	(514)
Saldo final	1.956	2.215

b) Composição por níveis de risco

Nível de risco	2018	2017
Base de cálculo	5.324	6.116
A	3,625	1,076
B	591	3,036
C	4,334	10,036
D	219	66
E	46	50,02%
F	302	70,0%
G	1,142	100,0%
Total	15.583	1.956

Nível de risco	2017	2018
Base de cálculo	2.190	0,5%
A	3,900	1,0%